

As saídas econômicas

ARTHUR JOÃO DONATO

Um novo governo vai instalar-se dentro de pouco tempo.

Um governo depositário da mais sólida confiança do povo brasileiro.

Um governo cercado de uma auréola de credibilidade como poucos jamais se viram prestigiados.

Um governo que logrou uma extraordinária e memorável façanha: polarizar em torno de si forças normalmente antagônicas, setores da vida nacional usualmente divergentes.

Um governo que aglutina banquetos e intelectuais; empresários e trabalhadores; estudantes e donas-de-casa; facções ideológicas preponderantemente de centro, mas, também, de esquerda e até de direita.

Tudo leva a um verdadeiro governo de conciliação nacional.

Desde a primeira hora as mais expressivas lideranças empresariais do Estado do Rio de Janeiro manifestaram acentuada preferência pela candidatura que agora se prenuncia vitoriosa.

A maioria do empresariado fluminense, que assim participa das mais fundadas esperanças nesse governo, entende que este terá de utilizar o prestígio que lhe empresta a sua aceitação generalizada para tentar resolver os problemas econômicos, não apenas com remédios amargos e, por vezes, dolorosos, mas, sobretudo, procurando distribuir por todos os segmentos da sociedade as responsabilidades decorrentes da aplicação de medidas dessa natureza.

Já estamos experimentando uma acentuada fase de evolução na área econômica como produto, principalmente, do sucesso da política de comércio exterior. Não sabemos, contudo, se esse novo surto de atividade econômica poderia ser sustentado e ampliado pelo novo governo sem que, pelo menos, três aspectos básicos recebam tratamento prioritário.

Em primeiro lugar, o novo governo terá de dedicar-se, com empenho, à tarefa de completa regeneração institucional.

A abertura política já alcançada precisa ser trabalhada e consolidada.

Não se pode perder de vista que a abertura econômica, tão ansiosamente desejada, é corolário da abertura política e, sem a plenitude desta, não se logrará muito êxito na busca daquela.

Em segundo lugar, o novo governo, para conseguir sucesso na política econômica, primordialmente no combate à inflação, terá de preparar-se para reunir condições capazes de instrumentar o controle dos gastos públicos, não necessariamente na área de investimentos, mas certamente na esfera do custeio administrativo e dos desperdícios de execução.

Finalmente, como terceiro aspecto prioritário a ser considerado, cumpre ressaltar ser indispensável que o novo governo promova, de pronto, até por efeito psicológico, significativa redução da atividade econômi-

A NOVA REPÚBLICA



ca do Estado, de caráter improdutivo, e adote medidas claras, amplas e positivas no sentido de amenizar drasticamente a intervenção do Estado na economia, deixando-a mais livre, mais solta, mais independente.

A hipertrofia do Executivo em detrimento dos demais poderes, notadamente do Legislativo, e o pouco exercício de práticas verdadeiramente democráticas no campo da economia estimularam significativamente a tecnocracia, que se fez autoritária e, como é fácil de diagnosticar, cada vez mais distanciada dos anseios da sociedade.

A reorganização nacional terá, assim, de fundar-se num livre pacto político e social. Político, que conduza à elaboração de uma nova Constituição colmando a restauração do equilíbrio e da independência dos poderes da República, com critérios de descentralização do poder. Social, que assegure um compromisso em torno de princípios que estabeleçam maior solidariedade entre todos os setores participantes da comunidade nacional, de forma a reduzir, sendo aniquilar, a injustiça e a indignidade da vida subumana.

O fim último e maior de uma tal ação há de ser a recuperação do desenvolvimento em todos os seus níveis: político, econômico e social.

Anseia-se para tanto que a retomada do desenvolvimento seja realizada paralelamente ao combate à inflação e que, dentro da concepção mais realista, venga a alicerçar-se — estamos certos —, num capitalismo estruturado na liberdade com responsabilidade e no incentivo à livre iniciativa.

Um capitalismo moderno, evoluído, democrático que resulte de um pacto social, fruto do entendimento e da negociação. Jamais, porém, com sentido de trégua.

Trégua pode ensejar a suspeita da perpetuação do imobilismo numa hora que é notoriamente assinalada por mudanças e que projeta alívios e retraias expectativas.

Pacto Social, sim. Trégua não.

(*) — Arthur João Donato é o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e do Estaleiro Caneco.